

# Grande ABC inicia 1ª pesquisa censitária LGBTQIA+ do País

Consórcio afirma que dados serão entregues em 6 meses para ajudar na criação de políticas

DEATRIZ MIRELLE  
boas@mirrelle@igabc.com.br

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC assinou ontem a ordem de serviço para dar início à primeira pesquisa censitária LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros, entre outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero) do Brasil. O levantamento regional será feito pela startup Rede Amalgamar e vai abranger as sete cidades – mesmo aquelas que não fazem parte da instituição. O prazo para coleta e entrega de dados é de seis meses.

Conduzido pelo GT (Grupo de Trabalho) LGBTQIA+ do Consórcio, o projeto é custeado por emenda parlamentar de 2022 enviada pela então deputada estadual Erica Malunguinho (PSOL) – o valor é de R\$ 200 mil. A apuração está prevista para ser finalizada a partir do contato

com coletivos e movimentos sociais da região, além de formulário on-line que será divulgado em breve.

“Vamos a escolas, hospitais, espaços de cultura, ambientes prisionais. Queremos entender em quais contextos essa comunidade está inserida na região. Os dados serão norteadores para o combate à discriminação, promoção da sensação de pertencimento, sensibilização social e reparação histórica”, explica Carlos Pinheiro, cofundador da Amalgamar e mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC (Universidade Federal do ABC).

Para o coordenador do GT LGBTQIA+ do Consórcio, Robson Carvalho, o material será essencial para a criação de políticas públicas mais assertivas à população. “Falar desse projeto é um sonho para que a comunidade seja vista e valorizada em todo o Grande ABC. A pesquisa vem por



RESISTÊNCIA. Levantamento vai mapear perfil da comunidade para tentar reverter cenários de discriminação

uma emenda. Isso reforça a importância de termos parceiros no legislativo. O resultado poderá contribuir para a articulação de ações voltadas à saúde, empregabilidade, habilitação, educação, alimentação, cultura, entre outros setores que garantem o bem-estar do indivíduo. Os

números são uma forma de exposição concreta da realidade. É fundamental expandir o debate para outros agentes fora da comunidade”, diz. “Os dados vão denunciar cenários discriminatórios, vão justificar as demandas dessa população na região. No Brasil, quase não há in-

formações oficiais da comunidade. O Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ainda não aborda orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Então, é uma pesquisa censitária regional inédita”, complementa. As informações recolhidas

serão divididas em perfil e comportamento (naturalidade, uso de nome social, identidade de gênero e orientação sexual, idade, cor/raça, escolaridade, atividade econômica, rendas individual e familiar, lugar onde mora, situação afetivo conjugal, cidadania e participação política (engajamento em movimentos sociais, conhecimento sobre legislação para LGBTQIA+ e de organismos de proteção social), vitimização homofóbica e transfóbica (discriminação sofrida em função da orientação sexual, agressões sofridas, perfil da vítima, local da agressão e relatos de violações de direitos).

“É uma conquista. Com essa pesquisa, podemos pautar os prefeitos e vereadores para as necessidades dos municípios. O projeto vem de forma tardia se considerarmos todo o histórico de violência, discriminação e isolamento que a comunidade passa. Esse início é resultado da luta coletiva feita por ativistas do Grande ABC”, ressalta o secretário executivo do Consórcio, Aroaldo da Silva.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3